

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

| |
|-----------------|
| SENTENÇA |
|-----------------|

| | |
|------------------|---|
| Processo nº: | 1004477-73.2018.8.26.0566 |
| Classe - Assunto | Monitória - Pagamento |
| Requerente: | Rodrigues e Rodrigues São Carlos Ltda - Me |
| Requerido: | Padaria e Rotisserie Ciarlo e Ciarlo Ltda |

RODRIGUES E RODRIGUES SÃO CARLOS LTDA - ME ajuizou ação contra **PADARIA E ROTISSERIE CIARLO E CIARLO LTDA**, pedindo a constituição do título executivo judicial, caso desatendido o mandado monitório, no tocante à obrigação de pagar a importância atualizada de R\$ 9.994,93, correspondente ao preço total dos materiais para ela comercializados.

Citada, a empresa ré opôs embargos ao mandado monitório, aduzindo ter encerrado suas atividades comerciais, pleiteando, assim, o parcelamento da dívida. Além disso, defendeu a incorreção do valor da dívida previsto na planilha de cálculo apresentada pela autora e requereu o benefício da justiça gratuita.

A autora se manifestou sobre os embargos.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Os documentos juntados às fls. 91/148 demonstram o enorme passivo da empresa ré, fato que, aliado à circunstância de ter encerrado suas atividades em razão da grave crise financeira vivenciada, indica a sua inaptidão para atendimento de despesas processuais. Defiro a gratuidade processual em seu favor.

O pedido monitório está instruído com documentos representativos do crédito da autora (fls. 28/44). Além disso, a ré confirmou nos embargos a existência da dívida e a falta de pagamento dos valores devidos, sendo de rigor, então, o acolhimento do pedido.

Ressalta-se que não cabe a este juízo conceder o parcelamento da dívida, pois tal forma alternativa de cumprimento da obrigação depende de expressa anuência da parte credora, que não ocorreu nestes autos.

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Por fim, afasta-se a impugnação quanto ao cálculo elaborado pela autora, pois é certo que devem incidir juros moratórios sobre os valores em aberto, haja vista tratar-se de mora *ex re*.

Diante do exposto, rejeito os embargos e, em consequência, **acolho o pedido monitório**, julgando constituído o título executivo judicial em favor da autora, no tocante à obrigação da ré de pagar a importância de R\$ 9.994,93, com correção monetária e juros moratórios subsequentes aos já contabilizados na planilha de fl. 45.

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios dos patronos da autora, fixados em 15% do valor da condenação.

A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 22 de agosto de 2018.

 Assinatura manuscrita de Carlos Castilho Aguiar França, Juiz de Direito.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA